PLANO DIRETOR MUNICIPAL

LEI DO SISTEMA VIÁRIO



MUNICÍPIO DE BURITAMA - SP



www.liderengenharia.eng.br contato@liderengenharia.eng.br



Paço Municipal "Nésio Cardoso" CNPJ 44.435.121/0001-31

EMPRESA DE PLANEJAMENTO CONTRATADA



EMPRESA LÍDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA

CNPJ: 23.146.943/0001-22 Avenida Antônio Diederichsen, nº 400 – sala 806. CEP 14020-250 – Ribeirão Preto/SP www.liderengenharia.eng.br





Paço Municipal "Nésio Cardoso" CNPJ 44.435.121/0001-31

EQUIPE TÉCNICA

Robson Ricardo Resende

Engenheiro Sanitarista e Ambiental CREA – SC 99639-2

Osmani Vicente Jr.

Arquiteto e Urbanista CAU A23196-7 Especialista em Gestão Ambiental em Municípios/ Mestre em Geografia

Daniel Mazzini Ferreira Vianna

Arquiteto e Urbanista CAU 89.230-0

Gabriel Sampaio de Araújo

Engenheiro Sanitarista e Ambiental CREA/SC 093403-3

Juliano Mauricio da Silva

Engenheiro Civil CREA/PR 117165-D

Lara Ricardo da Silva Pereira

Arquiteta e Urbanista CAU 177264-3 Willian de Melo Machado

Analista de Sistemas

Vinicius Marçal Café Soares

Arquiteto e Urbanista

Juliano Yamada Rovigati

Geólogo

CREA/PR 109.137/D

Carolina Bavia Ferrucio Bandolin

Assistente Social CRESS/PR 10.952

Vitor Miranda Vicente

Economista

CORECON/PR 9512

Paula Evaristo dos Reis de Barros

Advogada

OAB/MG 107.935

Wagner Vesecky Junior

Engenheiro Civil

CREA/SP 5069656057



Paço Municipal "Nésio Cardoso" CNPJ 44.435.121/0001-31

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

- Ossival Sanches Ferreira
- Cristiani Aparecida de Oliveira
- Ilson José Garcia
- Edilson Carlos de Paiva
- Regina Celia dos Santos
- Leny Marçal Vieira Manzatto
- Gislaine Murakami Rodrigues
- Wilton Rosalino Borges
- Cristiano Gonçalves de Oliveira
- Antônio Luiz Pelegrini
- Vania Cristina Frazatti Gambera Dias
- Silvinéia Aparecida dos Santos
- Fernando Pedroso Sanches
- Luciene Santos Candido
- Fabio Alexandre Bugue
- João Fermino Falleiros
- Heverton Candido de Paiva



Paço Municipal "Nésio Cardoso" CNPJ 44.435.121/0001-31

SUMÁRIO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (Art. 1 ao 4)

CAPÍTULO II DAS CLASSIFICAÇÕES DE VIAS (Art. 5 ao 6)

CAPÍTULO III DAS DIMENSÕES DAS VIAS (Art. 7 ao 10)

CAPÍTULO IV DO VOLUME DE TRÁFEGO (Art. 11)

CAPÍTULO V DA SINALIZAÇÃO (Art. 12 ao 13)

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS (Art. 14 ao 20)



Paço Municipal "Nésio Cardoso" CNPJ 44.435.121/0001-31

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 08, DE 28 DE ABRIL DE 2020.

Institui a Lei de Sistema Viário do Município de Buritama/SP e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BURITAMA faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **Art. 1.** O ordenamento, dimensionamento e as prioridades de circulação do Sistema Viário do Município de Buritama serão estabelecidos conforme as diretrizes determinadas pelo Projeto de Lei Complementar nº 03/2020, do Plano Diretor Participativo PDP.
- **Art. 2.** Objetivos gerais para disciplinar o Sistema Viário:
 - I. Assegurar a circulação e o transporte urbano que atenda a população;
 - Estabelecer condições para que as vias da circulação possam desempenhar suas funções e dar vazão adequada ao respectivo tráfego;
- III. Estabelecer um sistema de vias de circulação adequado ao tráfego e a locomoção dos usuários;
- IV. Assegurar a continuidade do arruamento existente nos novos loteamentos no Município;
- V. Implantar um sistema de ciclovias, como alternativa de locomoção e lazer;
- VI. Proporcionar segurança e conforto ao tráfego de pedestres e ciclistas.
- **Art. 3.** Esta lei tem por objetivo orientar e disciplinar, complementarmente a Lei do Parcelamento do Solo Urbano e demais posturas municipais, o Sistema Viário assegurando a observância das normas relativas à matéria e zelando pelos interesses comuns do Município no que diz respeito ao seu pleno desenvolvimento.
- **Art. 4.** Para aplicabilidade, são adotadas as seguintes definições:



- Arruamento: conjunto de ruas públicas destinadas à circulação viária e acesso aos lotes;
- Caixa de via: distância, definida em projeto, entre os dois alinhamentos prediais em oposição;
- Ciclovia: pista própria destinada à circulação de ciclistas, separada fisicamente do tráfego comum;
- IV. Código de trânsito: conjunto das normas que disciplinam a utilização das vias de circulação;
- V. Passeio: espaço destinado à circulação de pedestres, situado entre o alinhamento predial e o início da pista de rolamento;
- VI. Pista de rolamento: parte da via de circulação destinada ao desenvolvimento de uma ou mais faixas para o tráfego de veículos;
- VII. Faixa de estacionamento: parte da via de circulação destinada ao desenvolvimento de uma ou mais faixas para o estacionamento de veículos;
- VIII. Sistema Viário: conjunto de vias principais de circulação do Município, com hierarquia superior às de tráfego local;
- IX. Sinalização Horizontal: constituída por elementos aplicados no pavimento das vias públicas;
- X. Sinalização Vertical: representada por painéis e placas implantados ao longo das vias públicas;
- XI. Sinalização de trânsito: conjunto dos elementos de comunicação visual adotados nas vias públicas para informação, orientação e advertência aos seus usuários;
- XII. Tráfego: fluxo de veículos que percorre uma via em determinado período de tempo;
- XIII. Tráfego leve: fluxo inferior a 50 (cinquenta) veículos por dia em uma direção;
- XIV. Tráfego médio: fluxo compreendido entre 50 e 400 (cinquenta a quatrocentos) veículos por dia em uma direcão:
- XV. Tráfego pesado: fluxo superior a 400 (quatrocentos) veículos por dia em uma direção;
- XVI. Via pública: área de terra, de propriedade pública e uso comum, destinada a vias de circulação e espaços livres.



Paço Municipal "Nésio Cardoso" CNPJ 44.435.121/0001-31

CAPÍTULO II DAS CLASSIFICAÇÕES DE VIAS

- **Art. 5.** As vias de circulação no Município, conforme suas funções e características físicas classificam-se em:
 - I. Via Arterial;
 - II. Via Coletora;
- III. Via Local;
- IV. Ciclovia;
- V. Ciclofaixa.

Art. 6. Para fins desta Lei, são adotadas as seguintes definições de vias:

- I. Via arterial: destina-se a ligar as estradas da cidade, com média ou alta fluidez de tráfego, priorizando usos e tipos de ocupação do solo relacionados a altos fluxos de veículos, inclusive transporte coletivo e eventual transporte de carga. É classificada como avenida, larga em sua composição viária, com iluminação diferenciada e mobiliário urbano completo. Deve comportar passeios largos para pedestres, e quando houver a possibilidade, ciclovias.
- II. Via coletora: destina-se a receber e distribuir o tráfego entre vias locais e arteriais, possibilitando a integração da Macrozona Urbana com as vias arteriais, oferecendo boas condições de pavimentação para o transporte coletivo e o intenso fluxo de pedestres. Deve comportar ciclovias de interligação com as arteriais, quando existir condições favoráveis à sua implantação.
- III. Via local: destina-se a ligar imóveis particulares, da Macrozona Urbana às demais vias do Sistema Viário. Apresenta baixa fluidez de tráfego.
- IV. Ciclovia: destina-se ao uso exclusivo de trânsito de bicicletas, ligando-se às principais ruas e avenidas da cidade.
- V. Ciclofaixa: área demarcada por meio de pintura na pavimentação para o trânsito de bicicletas. Dar-se-ão em vias de baixo fluxo e velocidade.



Paço Municipal "Nésio Cardoso" CNPJ 44.435.121/0001-31

CAPÍTULO III DAS DIMENSÕES DAS VIAS

- **Art. 7.** O sistema viário obedecerá aos padrões de urbanização e aos requisitos estabelecidos pelo Município quanto à:
 - I. Definição das dimensões mínimas das caixas de vias;
 - II. Definição das dimensões mínimas das pistas de rolamento;
- III. Definição das dimensões mínimas dos passeios;
- IV. Definição das dimensões mínimas das ciclovias.
- **Art. 8.** Todas as vias abertas à circulação de veículos, com o pavimento e passeios definitivos já implantados, permanecem com as dimensões existentes, exceto quando definido em projeto de urbanização específico uma nova configuração geométrica.
- **Art. 9.** As vias a serem implantadas, ou prolongamentos das já existentes, até as que serão pavimentadas devem obedecer às seguintes dimensões mínimas:
 - I. Rodovias: a critérios dos órgãos estaduais e federais competentes;
 - II. Via arterial:
 - a) Caixa de via: 30,00m (trinta metros);
 - b) Leito carroçável: 10,00m (dez metros);
 - c) Canteiro central/ciclofaixa: 4,00m (quatro metros)
 - d) Passeio: 3,00m (três metros), cada lado.
- III. Via coletora:
 - a) Caixa de via: 16,00m (dezesseis metros);
 - b) Leito carroçável: 10,00m (dez metros);
 - c) Passeio: 3,00m (três metros), cada lado.
- IV. Via local:
 - a) Caixa de via: 15,00m (quinze metros);
 - b) Leito carrocável: 9,00m (nove metros);
 - c) Passeio: 3,00m (três metros), cada lado.
- V. Via de Interesse Turístico:
 - a) Caixa de via: 14,00m (quatorze metros);



Paço Municipal "Nésio Cardoso" CNPJ 44.435.121/0001-31

- b) Leito carroçável: 8,00m (oito metros);
- c) Passeio: 3,00m (três metros), cada lado.

Parágrafo único. Deverão ser previstas rampas de acesso a pessoas portadoras de necessidades especiais nos passeis dos logradouros urbanos, conforme NBR 9050/2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Art. 10. Deverá ser respeitada a inclinação máxima de 20% (vinte por cento) para todas as vias com extensão até 200,00m (duzentos metros), caso a via exceda essa extensão, deverá ser respeitado a inclinação máxima de 15% (quinze por cento), salvo as vias abertas à circulação de veículos com o pavimento e passeios definitivos implantados anteriores à esta Lei.

CAPÍTULO IV DO VOLUME DE TRÁFEGO

- **Art. 11.** Os projetos de pavimentação das vias de circulação do Município, conforme estabelecido no Art. 9º desta Lei classifica-se quanto ao volume de tráfego em:
 - I. Classe 1 Tráfego pesado, compreendendo:
 - a) Rodovias;
 - b) Vias arteriais.
 - II. Classe 2 Tráfego médio, compreendendo:
 - a) Vias coletoras;
- III. Classe 3 Tráfego leve, compreendendo:
 - a) Vias locais;
 - b) Vias de interesse turístico.

CAPÍTULO V DA SINALIZAÇÃO

Governo do Município de Buritama Paço Municipal "Nésio Cardoso"

CNPJ 44.435.121/0001-31

- **Art. 12.** A sinalização das vias públicas é de responsabilidade do Município, como estabelece o Código de Trânsito Brasileiro CTB, aprovado pela Lei Federal nº 9.503/97.
- **§1º.** Toda e qualquer via pavimentada no Município deverá receber sinalização de trânsito, segundo as exigências da legislação pertinente em vigor.
- **§2º.** A sinalização horizontal das vias pavimentadas nos novos parcelamentos do solo será executada às expensas dos respectivos parceladores, a partir de projeto previamente aprovado pelo órgão municipal responsável.
- **§3º.** O sentido de tráfego das vias será definido individualmente, dependendo do volume de tráfego.
- **Art. 13.** São diretrizes para intervenções no Sistema Viário:
 - Executar obras de paisagismo e revitalização urbana, principalmente nas vias centrais e estruturais;
 - II. Observar a hierarquia viária para instalar iluminação adequada;
- III. Incentivar a melhoria dos passeios;

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **Art. 14.** A abertura de qualquer via ou logradouro público dependerá de aprovação prévia do órgão competente do Município.
- **Art. 15.** Qualquer arruamento a ser implantado deve articular-se com as vias adjacentes oficiais assegurando a continuidade do Sistema Viário do Município.
- **Art. 16.** A implantação de todas as vias em novos parcelamentos, inclusive as do sistema viário principal, deverão obedecer às diretrizes básicas de arruamento e são de inteira responsabilidade do loteador, sem custos para o Município.



Paço Municipal "Nésio Cardoso" CNPJ 44.435.121/0001-31

- **§1º.** O loteador deverá solicitar previamente as diretrizes básicas de arruamento onde constará a orientação para o traçado das vias de acordo com esta Lei.
- **§2º.** O Poder Executivo Municipal poderá exigir, a seu critério, em razão das características urbanísticas pretendidas para o empreendimento, dimensões de vias maiores do que as mínimas obrigatórias estabelecidas na tabela anexa.
- §3º. O prolongamento de vias consolidadas deverá obedecer a largura mínima para o tipo de via que ela for classificada.
- **Art. 17.** As vias sem saída não poderão ultrapassar 100,00m (cem metros) de comprimento, sendo que, deverão obrigatoriamente conter no seu final, bolsão de retorno cuja forma e dimensões permitem a inscrição de um círculo de diâmetro mínimo de 18,00m (dezoito metros).
- **Art. 18.** Após a aprovação desta Lei, não será permitida abertura de vias de dimensões inferiores a 14,00m (quatorze metros) da caixa de via.
- **Art. 19.** São partes integrantes e complementares desta Lei os seguintes anexos:
 - I. Anexo I Mapa de Hierarquia do Sistema Viário Urbano;
 - II. Anexo II Diretrizes para o Dimensionamento Viário Urbano;
- III. Anexo III Perfil Croquis das Diretrizes Viárias do Sistema Viário Urbano.
- **Art. 20.** Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação oficial.

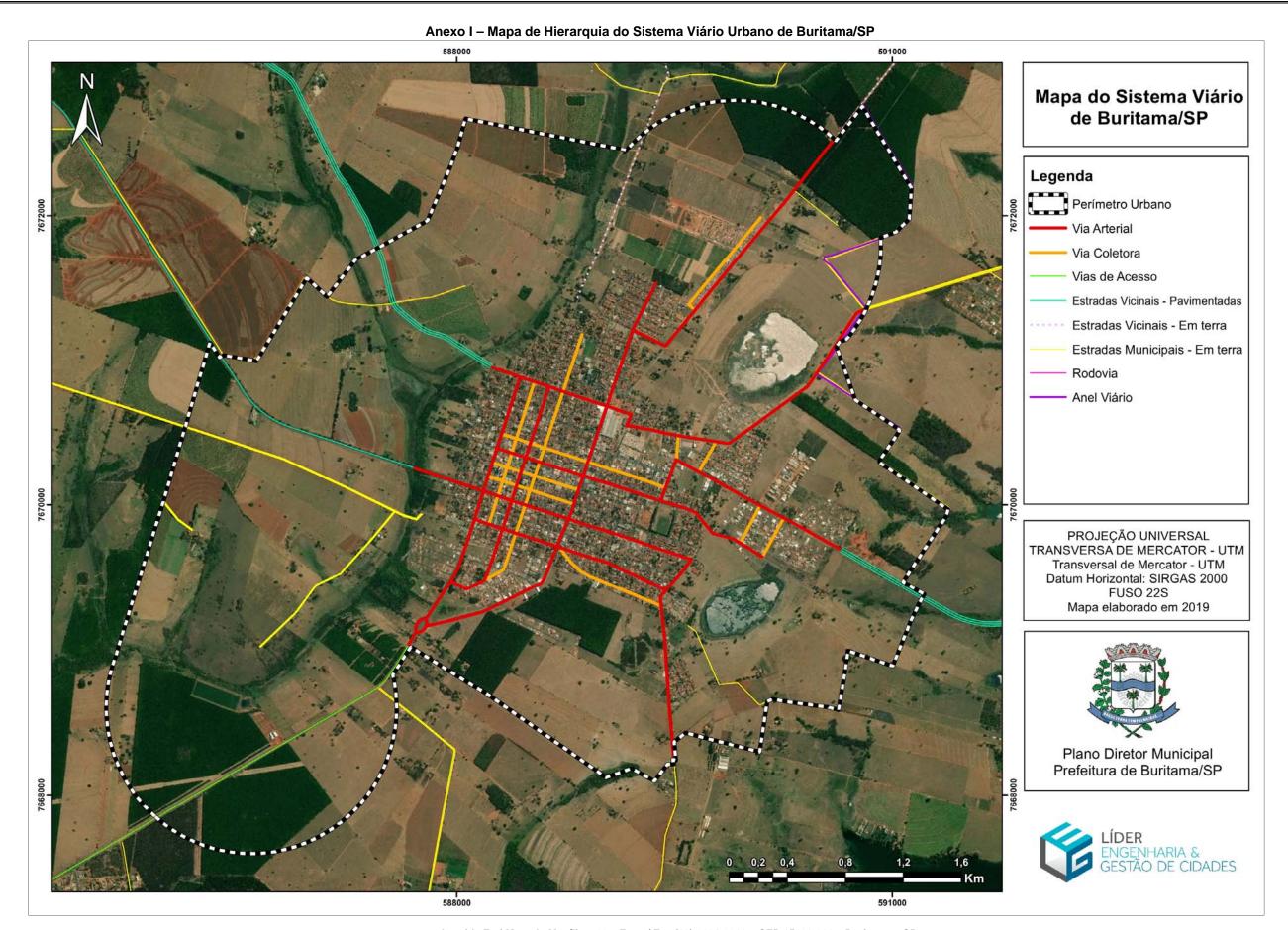
Buritama, 28 de abril de 2020; 102 anos de Fundação e 71 anos de Emancipação Política.

RODRIGO ZACARIAS DOS SANTOS

Prefeito Municipal











Fonte: Líder – Engenharia e Gestão de Cidades.

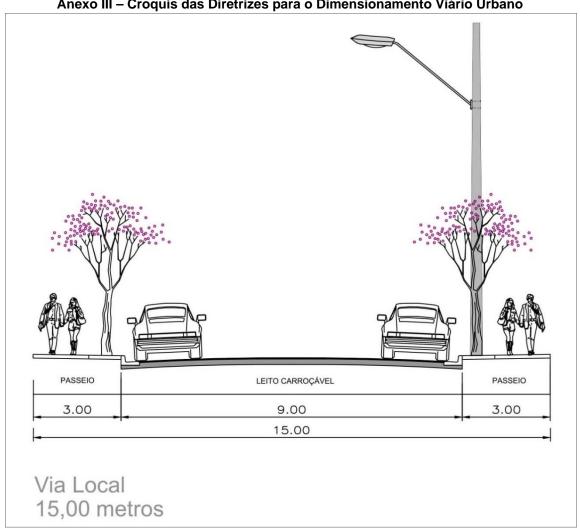


Paço Municipal "Nésio Cardoso" CNPJ 44.435.121/0001-31

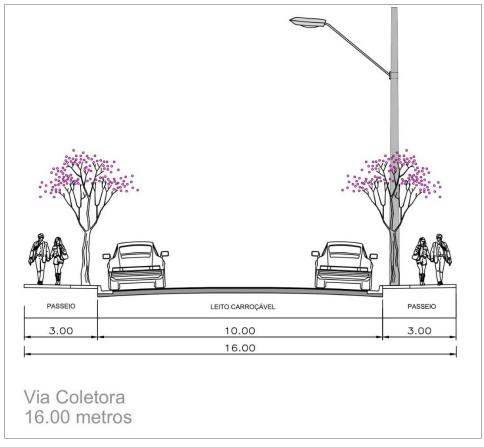
Anexo II – Diretrizes para o Dimensionamento Viário Urbano.

Tipo de via	Leito Carroçável	Passeio Público	Canteiro Central e Ciclofaixa	Largura mínima total
	Largura mínima (m)	Largura mínima (m)	Largura mínima (m)	(m)
Arterial	10,00 (cada lado)	3,00 (cada lado)	4,00	30,00
Coletora	10,00	3,00 (cada lado)	-	16,00
Local	9,00	3,00 (cada lado)	-	15,00
Interesse Turístico	8,00	3,00 (cada lado)	<u>-</u>	14,00

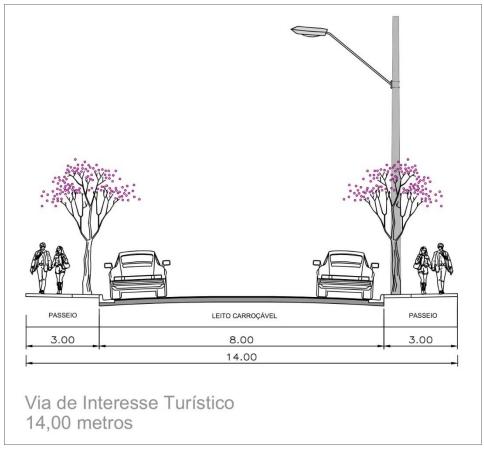
Anexo III - Croquis das Diretrizes para o Dimensionamento Viário Urbano



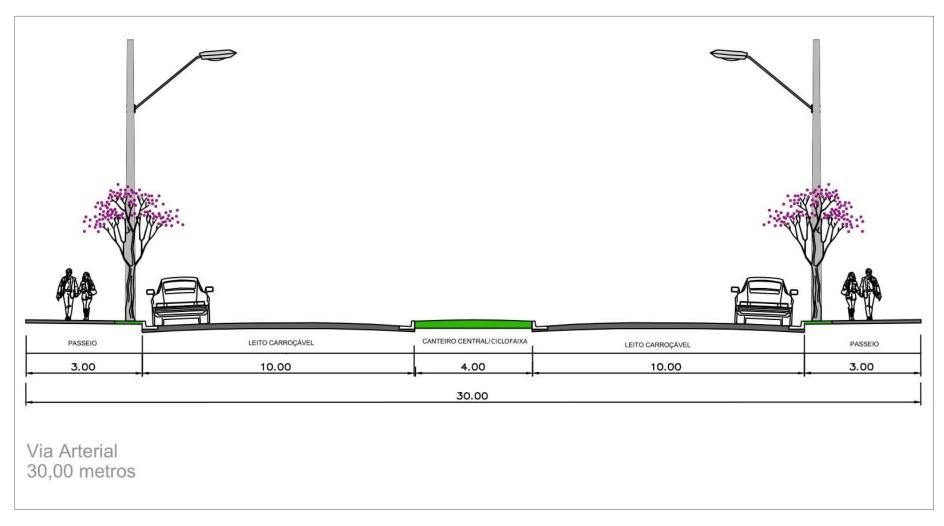














Governo do Município de Buritama Paço Municipal "Nésio Cardoso" CNPJ 44.435.121/0001-31

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Estamos encaminhando o presente projeto que dispõe sobre a revisão e atualização do plano diretor do município, e demais normas que compõe este processo, conforme finalizado pela empresa contratada, e informado pelo Departamento Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos para encaminhamento a Vossa Excelência, e Nobres Edis, para análise e deliberação.

Atenciosamente,

RODRIGO ZACARIAS DOS SANTOS

Prefeito Municipal